

170/1986/006/2005

À CÂMARA ESPECIALIZADA DO COPAM

Proc. administrativo n. 170/1986/006/2005

Auto de infração: n. 2364/2005

RECIBEMOS
26/08/13
Assinatura



FAMOTEC FÁBRICA MODERNA DE TECIDOS LTDA, já devidamente qualificada nos autos do proc. administrativo, vem com fulcro na legislação adjetiva, apresentar **RECURSO**, para a egrégia câmara especializada do COPAM, pelas razões a seguir delineadas:

I-Preliminarmente

Da tempestividade

O presente recurso é tempestivo, haja vista a intimação recebida pela recorrente em 26/07/2013, e o ofício colacionado dando o prazo para o recurso de 30 dias a partir do recebimento, findando-se o prazo em 26/08/2013, sendo portanto, tempestivo o presente recurso.

Egrégia câmara,

Colendo julgadores,

O presente recurso aviado merece ser recebido e ao final dado provimento, pelas razões abaixo expostas, evitando irregularidades apresentadas em todo o proc. administrativo, julgado pela esfera "a quo" administrativa fora da legislação em vigor evitando discussão do objeto nas vias judiciais.

I-Do pedido de prorrogação de prazo para atendimento do termo de compromisso e prejuízo à ampla defesa

A recorrente e FEAM entabularam um termo de compromisso, na qual consignaram conforme item 2, que a empresa implantaria e o operaria o sistema de tratamento de efluentes líquidos industriais e sanitários, 2ª fase, (tratamento secundário) até a data de 18/12/2004.

SIGED



00186298 1561 2013

Anote abaixo o número do SIPRO

Pereira Santos
&
Fonseca

Rua Nova Serrana, 185 | N. Sra. Lourdes
Pará de Minas | Minas Gerais | Tel.: (37) 3237-0505
advogadosassociados@parademinas.com.br

Advogados
Associados

sem ao logo.

O próprio termo que se segue em anexo prevê a prorrogação do prazo prevista no decreto n. 43.127.

Houve incidentes que interromperam tanto a unidade produtiva como a consecução da operação do sistema de tratamento.

Após isto, a recorrente de imediato protocolou um pedido junto ao FEAM solicitando a prorrogação até 31/07/2005 para cumprir o item 2 do termo e conclusão das obras do sistema até 31/12/2005.

Foi enviado ainda uma análise dos resíduos, com acompanhamento fotográfico e cronológico das obras da E.T.E., na qual não houve por parte do referido órgão nenhum parecer ou decisão sobre a solicitação protocolada, NÃO SENDO A RECORRENTE DEVIDAMENTE INTIMADA DE QUALQUER DECISÃO ACERCA, devendo tal ato, na qual não foi dado publicidade ser declarado nulo de pleno direito.

Qualquer decisão acerca do pedido de prorrogação não foi dado ciência à recorrente para tomar as medidas cabíveis no intuito de agilizar o a operação do sistema, tampouco o direito de recorrer quanto a esta decisão arbitrária, haja vista se tratar de um termo de compromisso, podendo haver aditivo, conforme previsão no referido termo.

O TJMG é uníssono no sentido de anulação de atos que não foram devidamente dado ciência ao contribuinte.

EMENTA: APELAÇÃO CÍVEL - PROCESSO ADMINISTRATIVO - IEF - DANO AMBIENTAL - DEVIDO PROCESSO LEGAL - INTIMAÇÃO DA DECISÃO ADMINISTRATIVA QUE IMPÔS PENALIDADE DE MULTA - IRREGULARIDADE - OFENSA À AMPLA DEFESA - RECURSO PROVIDO. (Des. Audebert Delage, Apelação cível, n. 1.0024.09.691420-5/003, publicado em 27/06/2013).

O art. 42 do decreto lei 44.844 assim dispõe:

O autuado será notificado da decisão do processo, pessoalmente, na pessoa de seu representante legal ou preposto, por via postal com aviso de recebimento, por telegrama, por publicação no Órgão Oficial dos Poderes do Estado ou mediante qualquer outro meio que assegure a ciência da decisão. Parágrafo único. Para produzir efeitos, a notificação por via postal independe do recebimento pessoal do interessado, bastando que a



Advogados
Associados

correspondência seja entregue no endereço por ele indicado e que o aviso de recebimento - AR retorne ao órgão ambiental assinado para compor o processo administrativo.



Assim é nulo por ausência de ciência e intimação o ato que indeferiu o pedido de prorrogação da recorrente.

II-Da ausência de qualquer dano ambiental e multa aplicada arbitrariamente e tão somente pelo não cumprimento do termo pelo prazo de 1 mês

Conforme laudos técnicos, não restou caracterizado nenhum dano direto ao meio ambiente. A infração lavrada é desproporcional, pois ataca um termo, que é um ajuste entre as partes, e não uma penalidade em si por qualquer dano ao meio ambiente ou pelo prazo máximo que se deu 1 mês após a decisão do COPAM.

Portanto, é outra arbitrariedade que chamamos a atenção a essa câmara julgadora e que com certeza será alvo de contestação nas vias judiciais caso não haja uma sensibilidade por esta douta câmara julgadora.

O próprio parecer atesta que a recorrente após o pedido de prorrogação que se deu em novembro de 2004, ou seja, 1 mês antes do vencimento do termo ajustado, e que a empresa cumpriu o item 2 somente em maio de 2005, 05 meses após o prazo concedido pelo COPAM, **mas, frisa-se, 1 (um) mês após a decisão do COPAM quando do indeferimento do pedido de prorrogação que se deu em 26/04/2005.**

Assim, se o pedido está sob julgamento do COPAM entidade legitimada ao julgamento do pedido, não se pode afirmar que a empresa descumpriu o item 2 pelo prazo de 05 meses, **HAJA VISTA QUE O PEDIDO PODERIA SER DEFERIDO**, e estando sob análise, resta sobrestado de pleno direito, até mesmo pelo princípio da segurança jurídica, elencada na CF/88.

O próprio parecer técnico da autora REJANE OLÍVIA ANDRADRE FERREIRA, endossados por LILIANE ADRIANA MATEUS e PAULO EDUARDO FERNANDES DE ALMEIDA, atestam que em 16/11/2005 após a vistoria na empresa recorrente, foi constatado que a E.T.E. já se encontrava em operação.

Ainda, o parecer técnico GEDIN n. 53/2008 que analisou o relatório de avaliação do desempenho ambiental- RADA, concluiu que durante os anos de vigência da licença da operação concedida em 2002, percebeu-se uma melhoria ambiental, em vista da implantação do sistema de controle dos efluentes líquidos industriais e sanitários, pela destinação adequada dos seus resíduos sólidos, e que a recorrente vem cumprindo regularmente o programa de automonitoramento de efluentes líquidos.

Advogados
Associados

Portanto, a infração lavrada não é de qualquer dano ambiental em si, mas sim pelo descumprimento pelo prazo de 1 mês tão somente, haja vista estar o pedido sob análise, subentendendo assim o sobrestamento, porque poderia ser deferido, não fazendo qualquer sentido a aplicação de uma multa no importe de mais de R\$ 20.000,00 pelo não efetivação do sistema no período de 1 mês.



Tal infração é ilegal e confiscatória, não se baseando e muito menos fundamentando em laudo técnico de qualquer prejuízo direto ao meio ambiente.

III-Da desproporcionalidade entre o ato e o fato e a aplicação da penalidade

Outra irregularidade e ilegalidade que se observa, é acerca da aplicação da legislação e normas que estabelecem as penalidades, consoante se observa pelo decreto n. 44.844, na qual tipifica e classifica infrações às normas de proteção ao meio ambiente e recursos hídricos, dispõe expressamente e de forma taxativa em seu art. 27, senão vejamos:

Art. 27. A fiscalização e a aplicação de sanções por infração às normas contidas na Lei nº 7.772, de 1980, Lei nº 14.309, de 2002, Lei nº 14.181, de 2002, e Lei nº 13.199, de 1999, serão exercidas, no âmbito de suas respectivas competências, pela SEMAD, por intermédio das SUPRAMs, pela FEAM, pelo IEF, pelo IGAM e por delegação pela Polícia Militar de Minas Gerais – PMMG.

§ 1º O titular do respectivo órgão ou entidade, em ato próprio, credenciará servidores para realizar a fiscalização e lavrar auto de infração, com fundamento em vistoria realizada pelas SUPRAMs, IEF, IGAM e FEAM, competindo-lhes:

I - verificar a ocorrência de infração às normas a que se refere o caput;

II - verificar a ocorrência de infração à legislação ambiental;

III - lavrar auto de fiscalização ou boletim de ocorrência e auto de infração, aplicando as penalidades cabíveis, observando os seguintes critérios na forma definida neste Decreto:

a) a gravidade do fato, tendo em vista os motivos da infração e suas conseqüências para a saúde pública e para o meio ambiente e recursos hídricos;

b) os antecedentes do infrator ou do empreendimento ou instalação relacionados à infração, quanto ao cumprimento da legislação ambiental estadual;

c) a situação econômica do infrator, no caso de multa;

d) a efetividade das medidas adotadas pelo infrator para a correção dos danos causados ao meio ambiente e recursos hídricos; e

e) a colaboração do infrator com os órgãos ambientais na solução dos problemas advindos de sua conduta.



Porém, o parecer emitido pelo autor ANDRÉ DE ALBUQUERQUE e aprovado pelo JOAQUIM MARTINS DA SILVA FILHO, procurador-chefe do FEAM em 29/07/2010, é totalmente em descompasso com o que preconiza o art. 27 do decreto retro mencionado.

O inciso I dispõe que deverá verificar a ocorrência de infração à norma, não sendo verificado corretamente pelos julgadores, haja vista que após o julgamento pelo COPAM, a mera irregularidade se deu apenas por 1 mês.

Outra, na ocasião de se lavrar o auto de infração deverá analisar a gravidade do fato, qual seja, o descumprimento tão somente do termo.

No caso, como houve a multa, a situação econômica do infrator. A recorrente bem como o setor têxtil está jogado as traças pela nefasta economia global.

A efetividade das medidas adotadas pela recorrente conforme aliena d, do inciso III, era a consecução da operação do sistema, que passou a operar após 1 mês do julgamento do pedido de prorrogação de prazo pelo COPAM.

Em relação ao dano ambiental, nem há que se falar, conforme próprio parecer retro mencionado, informado pelo ilustre procurador Joaquim Martins, que atesta a inexistência de danos ambientais.

Contudo, foge da razoabilidade e dentro do bom direito, a aplicação de sanção administrativa cumulada com multa, por apenas o descumprimento do termo pelo prazo máximo de 1 mês, sem restar comprovado ou configurado qualquer dano direto ao meio ambiente ou a qualquer recurso hídrico.

Advogados
Associados

ANTE O EXPOSTO, requer o recebimento do presente recurso, por ser tempestivo, e ao final o seu provimento para revogar a penalidade imposta de multa, e caso não sendo o entendimento desta dought câmara julgadora, por medida de inteira justiça e razoabilidade a redução proporcional da multa imposta, com base no atraso da implantação da operação de 2ª fase, por apenas 1 mês, que se deu entre a decisão do pedido de prorrogação do COPAM e a operação propriamente dita.



Requer deferimento.

Pará de Minas, 20 de agosto de 2013.

OTÁVIO NILTON PEREIRA SANTOS
OAB/MG 113.600

ALEX SILVA FONSECA
OAB/MG 140.459

Advogados
&
Associados